

Pedido de Informação número 2024000010116000534

A requerente já qualificada nos autos em epígrafe, com amparo no art. 15 da Lei 12.527 de 2011 e art. 13 da Lei nº 17.866 de 2013, vem, apresentar Recurso em primeira instância, o que faz nos seguintes termos:

## **I. PEDIDO FOI ATENDIDO PARCIALMENTE**

### **I.I. DA EXIGÊNCIA**

Em sede de resposta (Despacho nº 21/2024), a Gerência de Gestão de Pessoas, da secretaria em epígrafe, no tocante ao item 1 (um), que trata da exibição de documentos originais, informou o seguinte.

*“1. Solicitamos o comparecimento da requerente no dia 06 de fevereiro de 2024 na Gerência Geral de Gestão de Pessoas no 10º andar no Edifício Sede da Prefeitura do Recife, Av. Cais do Apolo, 925 às 11h para exibição dos documentos originais citados no item a, b, c e d”.*

Cabe registrar que a requerente tomou ciência do Despacho nº 21/2024 em 07/02/2024. Ato contínuo, ligou para a Gerência de Gestão de Pessoas no número de telefone 3355-8201 e solicitou o reagendamento para a exibição dos documentos originais.

No entendimento do gestor, o reagendamento deveria ser requerido mediante Portal da Transparência. Há que ser considerada que não houve a arguição pelo

órgão de impossibilidade de ordem técnica ou fundamento legal que levem ao não atendimento da solicitação de reagendamento.

Ao que consta, a SEPLAGTD não contatou previamente a cidadã, por meio de telefone, sobre a data do agendamento. Não sendo razoável exigir o comparecimento da cidadã, se houve falha na comunicação.

De forma que, não se pode dizer que a cidadã teve acesso às informações elencadas no item 1.

## I.II. DOS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Do exame do Despacho nº 21/2024, a SEPLAGTD considerou os dados do pedido insuficientes, por isso solicita esclarecimentos adicionais, quanto ao item 2, subitens d e e, a saber:

“(…)

*d. Especificar a qual ex servidora o item se refere.*

*e. Especificar a qual ex servidora o item se refere”.*

Atendendo a solicitação acima exposta, a requerente informa que se trata da ex-servidora Ana Lúcia Crispim de Farias. Importante esclarecer aqui, por necessário, que o nome da ex-servidora foi mencionado no item 2, subitens a e b.

Há que se registrar, nesta oportunidade, que o órgão não forneceu a informação, a hipótese de que trata o art. 21, do Decreto nº 7.724/2012.

## II. DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Em resposta à solicitação (item 2, subitens a e b e item 3), a SEPLAGTD transmitiu informações técnicas de difícil compreensão. Cabe descrever:

“(…)

*2.a. Não existe a portaria ou o ato mencionado.*

*b. O documento Não foi concretizado no ato jurídico.*

*3. Não existe a portaria ou o ato mencionado”.*

É importante destacar que artigo 5º da Lei nº 12.527/2011 dispõe que é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, de modo que o órgão ao responder o pedido utilize uma linguagem clara e de fácil compreensão e acessível ao cidadão.

Como tal, faz-se necessário a complementação de tais informações.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Recife, 08 de fevereiro de 2024